

Fórum debate encargos sociais

Rio — A Constituição diz que há uma série de encargos sociais básicos que podem ser cumpridos pela União, estado ou município: Só que o que é atribuído a todos acaba não sendo bem feito por ninguém. Este foi o tom reinante do fórum nacional permanente sobre "O novo pacto federativo", promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e realizado ontem no Rio: uma urgente descentralização dos encargos fiscais da União — nas áreas de saúde, educação, transporte, ETC — é ponto básico para o equilíbrio financeiro do País, concordaram parlamentares, representantes da União e municípios, economistas e tributaristas presentes ao encontro.

Essa descentralização poderia vir, num primeiro momento, através de um pacto de adesão — com tratamento diferenciado da dívida dos estados e municípios que dele participassem — propôs o representante da Secretaria Nacional de Planejamento, Everaldo Maciel, e mais adiante, através da reforma constitucional, defendeu o deputado federal Francisco Dornelles. Desta forma, ficariam resolvidos dois problemas que vêm inviabilizando esta redefinição de encargos, como acentuaram o deputado federal, Antônio Brito e o ex-ministro

Mário Henrique Simonsen: a resistência da União e dos próprios congressistas em abrir mão do poder.

"Sim, porque para os congressistas o que passa é aquele caso da ex-deputada Ana Maria Rattes, que trabalhou para solucionar questões estratégicas, deixando de lado questões operacionais, e que não se reelegeu porque a base não sentiu de perto o que ela tinha feito" acentua Dornelles.

Novo modelo

A questão, portanto, passa pelo estabelecimento, via reforma constitucional, de um novo modelo administrativo em que ao Congresso caberia a definição de linhas gerais. Dornelles defende mudanças nos artigos 21, 22 e 23 (que tratam da competência comum) e a reformulação do Artigo 24 (competência concorrente). Enquanto isso, seria necessário que um pacto de adesão se estabelecesse, até porque, acentuou o deputado federal Nélson Jobim, a Constituição é flexível o bastante para permitir que estados e municípios passem a cuidar destas questões. É que, na medida do possível, estas esferas administrativas resolvam seus problemas. Como no caso de Curitiba.

"Meus secretários estão proibidos de pedir dinheiro em Brasília. A não ser que seja no caso de obras

muito grandes. Para programas pequenos, acabamos mais dinheiro em passagem para assinatura de papéis do que teremos direito a receber mais tarde", afirmou o prefeito da capital paranaense, Jaime Lerner.

Diferença social

Lerner ainda disse que se pudesse dar um conselho aos outros prefeito lhes diria que não perdessem tempo, pedindo dinheiro em Brasília. Mas, lembraram outros participantes, as diferenças regionais não permitem que este tipo de atitude seja comum aos municípios e que é preciso considerar esses desníveis sociais. Toda a questão é discutida em função da Constituição de 1988, que descentralizou recursos, beneficiando estados e municípios.

Também participaram do encontro o senador Eduardo Suplicy, o deputado federal Benito Gama, o secretário do município de São Paulo, Almir Khair, entre outros. Neste sentido, a coordenadora do Fórum, Aspásia Camargo, lembrou que o evento pretende manter em estudo conjunto, como forma de viabilizar esta descentralização, quatro questões básicas: distribuição de competências, reforma fiscal, orçamento e dívidas e sistema eleitoral.